

# UMA BREVE HISTÓRIA DO LIVRO<sup>1</sup>

Por Isabel Santos

## A escrita e o amanhecer da História

Desde cedo, em contexto escolar, foi-nos ensinado que a História humana começou com o aparecimento da escrita. Isto porque “saber o que é e está sendo este mundo em que vivemos, saber o que é a vida dos outros homens e o que vale o que eles fizeram e fazem, a história, a arte, a política, (...) é através da leitura que o podemos saber.”<sup>2</sup>

A escrita adveio da necessidade de registar memórias, factos, tradições, com o intuito de preservá-las diacronicamente visto que um texto ou ainda que um mero símbolo que represente uma ideia e/ou palavra está sempre inscrito numa materialidade<sup>3</sup>, seja ela a pedra, a placa de argila, o papiro, o pergaminho ou o livro em papel como hoje o conhecemos, já a memória pode apresentar falhas e permite que a informação seja deturpada, adulterada e, em casos mais graves, omitida, perdendo-se, assim, informação valiosa para o conhecimento do que fomos e para a compreensão daquilo em que nos tornamos. M. Iline<sup>4</sup> faz referência à persistência de um homem que tentou descobrir, por todos os meios, qual foi o primeiro livro do mundo mas que morreu sem ter uma resposta; no entanto, ainda que ele tivesse vivido mais cem anos, as suas pesquisas não teriam tido resultado pois o primeiro livro que existiu à face da terra não foi um documento como hoje conhecemos mas sim o Homem visto que

Nesses tempos remotos, quando os homens não sabiam ler nem escrever, quando não existiam nem livros, nem papel, nem tinta, nem caneta, as tradições dos antepassados, as leis e as crenças não se conservavam em prateleiras mas na memória dos homens. Estes morriam, mas as tradições continuavam vivas e transmitiam-se de pais para filhos.

(Iline, 1941, p.14)

Mas o mesmo autor defende que esta forma de transmissão de conhecimento era falível e que, ao longo do tempo, “ao passarem de boca em boca, as histórias modificavam-se um tanto:

---

<sup>1</sup> O texto aqui apresentado é uma transcrição direta da tese de mestrado da autora deste conteúdo: Moura, I.M. dos S. (2013). *Livros (s)em papel: um estudo para a compreensão da história do livro, da pedra à (r)evolução digital* [Dissertação de Mestrado não publicada], Universidade Portucalense.

<sup>2</sup> PALMA, [s.d.], p. 44

<sup>3</sup> FURTADO, 1995, p. 30

<sup>4</sup> ILINE, 1941, p.13

acrescentavam-se umas coisas e esqueciam-se outras. O tempo polia-as como a água de um rio pule as pedras” (*ibidem*).



Il. 1 - Gravuras rupestres encontradas em Vila Nova de Foz Côa<sup>5</sup>

Para que tenhamos consciência da importância do registo de factos em suporte físico para a compreensão do que somos e/ou do que fomos, recordemos, a título de exemplo, as gravuras encontradas nas paredes de grutas em Vila Nova de Foz Côa.

Este tipo de gravuras, ainda que não textuais, mostram-nos técnicas de aquisição de alimento, como a caça ou a pesca e mostram-nos também que, ainda que o Homem daquele tempo pudesse não ter um código linguístico devidamente estruturado e realizado foneticamente, sentia já uma grande necessidade de comunicar os seus feitos, a sua cultura, os seus ritos e tradições, tentando imortalizá-los, fazendo-os persistir além da sua morte para que as gerações futuras soubessem que eles estiveram ali e fizeram aquilo. Mas qual a pertinência desta referência se as paredes de grutas onde constam estas gravuras não podem ser consideradas “livro”? De acordo com Albert Labarre<sup>6</sup>, “o livro deve poder-se manusear, ao passo que nem todos os suportes da escrita o podem. Há muitos textos que foram gravados em pedra e ninguém se lembraria de classificar como um livro o obelisco da Praça da Concórdia de Paris”.

No entanto, é precisamente pelo que já foi enunciado, pela necessidade de perpetuar determinadas informações que o Homem primitivo gravou cenas da vida quotidiana em pedra, hoje essenciais para a compreensão da nossa História. Maria Thaisza Ferreira<sup>7</sup> faz referência a quatro fases de desenvolvimento da escrita: a primeira é a Escrita Pictográfica ou Figurativa, também conhecida como Escrita Embrionária, é o estágio mais rudimentar, onde traços de um desenho podem não possuir significado lógico, não representando assim um pensamento (um exemplo de Escrita Pictográfica é precisamente as pinturas rupestres que já referimos anteriormente); a segunda é a Escrita Mnemónica

---

<sup>5</sup> Retirada da web: [http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADtios\\_de\\_arte\\_rupestre\\_do\\_Vale\\_do\\_Coa](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADtios_de_arte_rupestre_do_Vale_do_Coa)

<sup>6</sup> LABARRE, 2001, p.6

<sup>7</sup> FERREIRA, 2010, p. 10

cujos traços têm já um significado, podendo representar mesmo objetos; a terceira é a Escrita Ideográfica que é “uma escrita em que as ideias sugeridas pelos objetos são representadas por imagens dos objetos ou pelos seus símbolos”<sup>8</sup>, isto é, o Homem começa a utilizar um símbolo para representar cada objeto e a conjugação de vários símbolos permite a transmissão de um pensamento completo, podendo estas combinações “ser consideradas frases”<sup>9</sup>; exemplos deste tipo de escrita são a escrita cuneiforme, a escrita hieroglífica e a escrita chinesa. É precisamente a Escrita Ideográfica que antecede as palavras como hoje as conhecemos e que constituem a quarta fase de desenvolvimento da escrita – a Escrita Fonética – “cujos sinais representam sílabas ou os seus elementos componentes”<sup>10</sup>, “sendo os principais alfabetos das escritas ocidentais (...) o Fenício, o Grego e o Latino”<sup>11</sup>. É ainda referida a Escrita de Transição, como a escrita hieroglífica, por exemplo, já que representa “objetos, ideias, som silábico e letra.”<sup>12</sup>

De acordo com Labarre<sup>13</sup>, “durante muito tempo, o livro foi o principal ou até o único meio de difusão e de conservação das ideias e dos conhecimentos, participando deste modo na história da civilização e da cultura.”

Assim, se a intenção das gravuras nas grutas, da inscrição de símbolos representativos de palavras e/ou ideias em tábuas de argila ou a invenção do papiro ou do pergaminho convergem para um só objetivo – a transmissão e a imortalidade da memória humana – não podemos deixar de fora nenhum suporte que contenha as informações que nos permite ter o que o Homem sempre ambicionou e ainda hoje luta para compreender melhor, que é o conhecimento de si mesmo: quem fomos no passado, por que somos o que somos hoje e quem poderemos ser no futuro, tendo em conta a nossa capacidade evolutiva desde os primórdios da Humanidade.

## **AS PLACAS DE ARGILA**

As tábuas ou placas de argila foram uma invenção dos sumérios, a quem se atribui a criação da escrita cuneiforme, por volta de 4000 a.C., na antiga Mesopotâmia. Dá-se o nome de cuneiforme à escrita cujos caracteres têm traços em forma de cunha e o nome vem de *cuneus*, a palavra latina para cunha.

---

<sup>8</sup> FARIA & PERICÃO, 1999, p.244

<sup>9</sup> FERREIRA, 2010, p.10

<sup>10</sup> FARIA & PERICÃO, 1999, p.244

<sup>11</sup> FERREIRA, 2010, p.11

<sup>12</sup> *ibidem*

<sup>13</sup> LABARRE, 2001, p.6



II. 2 - Placa de argila suméria

O material de suporte da escrita cuneiforme era a argila mole e o objeto com que se gravava era um estilete de metal, marfim ou madeira em forma de cunha. Era obtida através da pressão de um destes instrumentos na argila mole da tabuinha com determinado ângulo, prolongando-se a pressão em linha reta com pressão decrescente. Posteriormente a argila era cozida até ficar tão dura como um tijolo.

(Faria, 1999, p. 243)

Quanto aos documentos em argila encontrados, foram encontradas cerca de três mil placas na biblioteca de Ninive, sendo que cada livro era constituído por numerosas placas de argila. Visto que este tipo de material não permitia ligar as placas de forma a ordená-las (tal como acontece hoje nos livros impressos cujas folhas são cozidas ou coladas), eram inscritos em cada placa constitutiva do livro um número e o nome do livro ao qual pertenciam<sup>14</sup>. Tendo em conta que a argila não permitia a escrita de longos textos e era pesada e pouco maleável, sendo antes de tudo “um instrumento de memorização”<sup>15</sup> e que “ninguém seria capaz de trazer esse livro para casa para o ler, nem poderia mandar uma carta de pedra pelo correio (...) durante muito tempo os homens procuraram uma matéria mais leve e tão duradoura como a pedra”<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> ILINE, 1941, p.71

<sup>15</sup> FURTADO, 1995, p. 37

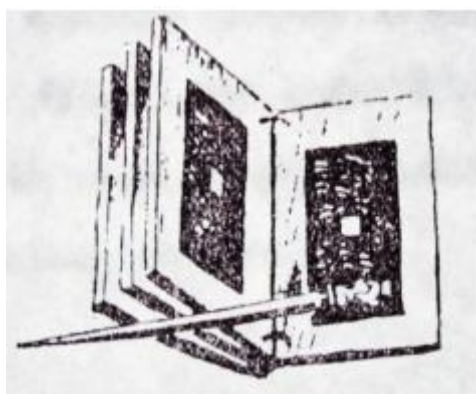
<sup>16</sup> ILINE, 1941, p.68

o que levou a que surgisse no Egito, um material efetivamente mais leve, que permitisse escrever textos mais longos e cujo processo de escrita fosse facilitado pois seria extremamente difícil gravar ou esculpir em materiais como a argila: o papiro.

## **A PLACA DE CERA**

Quando nos referimos à história do livro, enunciamos os vários suportes que existiram; no entanto, a maior parte das pessoas provavelmente conceberá o papiro como o suporte utilizado imediatamente a seguir às placas de argila, esquecendo que enquanto o papiro era utilizado para o fabrico de livros, havia um outro suporte, mais utilizado para o envio de mensagens (correspondência) ou simplesmente para fazer contas, já que o papiro era demasiado precioso para ser desperdiçado com esse tipo de necessidades quotidianas.

Segundo Iline<sup>17</sup>, “pouca gente sabe que os livros de cera, que foram inventados pelos romanos, ainda eram usados (...) até à época da revolução francesa”. Os livros de cera eram compostos por tábuas de madeira, formando um livro do tamanho “duma agenda de algibeira e cada uma das tabuinhas era cavada ao meio para formar um espaço retangular cheio de cera amarela ou preta”<sup>18</sup>. Na parte interior das tabuinhas, tanto na zona superior como na inferior, era feito um orifício por onde passava um cordão cuja função era prender as tábuas de forma organizada, formando um livro. As inscrições eram feitas com uma estilete, um “instrumento de aço, delgado e pontiagudo, utilizado para gravar”<sup>19</sup>.



Il. 3 - Livro de cera e estilete<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> ILINE, 1941, p. 85

<sup>18</sup> *ibidem*

<sup>19</sup> FARIA & PERICÃO, 1999, p. 253

<sup>20</sup> ILINE, 1985, p. 85

A placa de cera não era um suporte muito eficaz, principalmente quando servia para o envio de mensagens pois qualquer pessoa que não quisesse que a mensagem chegasse convenientemente ao seu destinatário, poderia facilmente apagar o conteúdo com a extremidade arredondada do estilete. A solução para que tal não acontecesse passava por cobrir a mensagem que se queria mandar com uma camada de cera que conteria mensagens banais, escondendo a mensagem que realmente se queria fazer chegar ao destinatário que, recepcionando a placa de cera, retirava com cuidado a camada superior de cera, tendo assim acesso à mensagem principal.

Segundo Iline<sup>21</sup>, “um grande número destas tabuinhas foi encontrado nos esgotos da igreja de São Tiago, em Lubeck”; outras foram encontradas em Pompeia, cuja erupção vulcânica que lá ocorreu preservou muitas destas tabuinhas de cera.

## **O PAPIRO**

Não existe um consenso no que se refere ao ano exato em que surgiu o papiro; no entanto, apontam-se as datas 2400 a.C.<sup>22</sup> e 3000 a.C.<sup>23</sup>, tendo em conta que os mais antigos documentos em papiro encontrados datam dessa altura; Labarre<sup>24</sup> refere que “os papiros mais antigos datam de meados do III milénio mas certos hieróglifos levam-nos a pensar que o seu emprego era mais antigo”. O mesmo autor defende que “o papiro foi utilizado no Egito desde a primeira dinastia”<sup>25</sup> (3100 – 2700 a.C.). Do latim, *Cyperus papyrus*, o papiro deu origem à palavra papel como hoje a conhecemos na língua portuguesa ou *papier* em francês ou *paper* em inglês, mantendo a raiz etimológica. O papiro é originário do Egito, onde crescia, nas margens do rio Nilo e “onde as condições climáticas facilitavam a sua conservação”<sup>26</sup>. Para escrever no papiro, utilizava-se uma mistura de água, fuligem e cola<sup>27</sup>.

Iline<sup>28</sup> serve-se da descrição de um escritor romano que assistiu à confeção do papiro numa fábrica dos antigos egípcios para explicar como se procedia para criar este novo suporte da escrita, mais flexível e portátil:

---

<sup>21</sup> *Idem*, p.88

<sup>22</sup> FARIA & PERICÃO, 1999, p.461

<sup>23</sup> SANTOS, 2010, p. 21

<sup>24</sup> LABARRE, 2005, p.11

<sup>25</sup> *idem*, p.38

<sup>26</sup> LABARRE, 2005, p.11

<sup>27</sup> FARIA & PERICÃO, 1999, p. 460

<sup>28</sup> ILINE, 1941, p. 76

Cortavam os caules de papiro em tiras finas e tão largas quanto possível. Colavam estes bocados e obtinham, assim, uma página inteira. O trabalho fazia-se numa mesa que se conservava húmida regando-a com a água lamacenta do Nilo. Esta lama substituí a cola. A mesa estava inclinada para que a água corresse sempre. Assim que tinham terminado uma série, cortavam-lhe as pontas e deitavam-na cruzada sobre a série precedente. Desta maneira obtinham uma espécie de folha, na qual uns fios correm no sentido do comprimento e outros no sentido da largura. Quando tinham um monte de folhas, prensavam-nas pondo-lhes em cima um pêso qualquer. Depois, secavam-nas ao sol e poliam-nas com um osso ou uma concha. (...) Quando as páginas estavam prontas, colocavam-nas em compridas tiras que continham vinte páginas cada. Estas tiras podiam medir cem metros de comprimento.



#### II. 4 – Egípcio a ler em suporte de papiro<sup>29</sup>

O comprimento médio de um rolo de papiro era de seis a dez metros; no entanto, o maior rolo encontrado até hoje é o chamado “papiro Harris, uma crónica do reinado de Ramsés III”<sup>30</sup>. Ora, certo é que não seria nada fácil o manuseamento e leitura num suporte tão comprido; no entanto, os egípcios criaram uma técnica que melhorava o manuseamento pois prendiam um pequeno pau em cada extremidade do rolo de papiro e, à medida que iam lendo, iam enrolando a extremidade esquerda e desenrolando a direita. Ainda hoje utilizamos este método nos mapas, por exemplo, de forma a facilitar a sua consulta.

---

<sup>29</sup> *idem*, p. 79

<sup>30</sup> LABARRE, 2005, p.11

A cada rolo de papiro dá-se o nome latino *volumen*, conceção ainda hoje utilizada para designar a parte de um todo de uma obra (cada volume de uma enciclopédia, por exemplo). Para além de ser pouco prática por, devido à sua extensão, “ser difícil alcançar o texto, de uma ponta à outra”<sup>31</sup>, a leitura de um *volumen*, implicando a utilização das duas mãos, uma para enrolar e outra para desenrolar, não permitia ao leitor tomar notas ou fazer qualquer outra coisa com uma das mãos enquanto a outra segurava o suporte, caso contrário o leitor corria o risco de ver interrompida a sua leitura pois o rolo enrolava-se completamente. Para além deste inconveniente, o rolo de papiro tinha outros dois: era um material extremamente frágil e o espaço destinado à escrita estava limitado a apenas um lado da folha. Estima-se que a biblioteca de Alexandria, uma das Bibliotecas mais famosas da Antiguidade, tenha chegado a albergar cerca de setecentos mil volumes, os quais, infelizmente, foram na sua grande parte, perdidos ao longo dos históricos incêndios intencionais de que esta Biblioteca foi alvo. De acordo com Rodés<sup>32</sup>,

O papiro foi usado por muito tempo desde os seus primeiros tempos no Egito até os confins do Império Romano, alastrando-se até aos últimos tempos da dominação romana sobre os povos do Oriente Médio, quando foi decaindo o seu uso provocando uma diminuição paulatina da sua produção para ser substituído pelo pergaminho.

## **O PERGAMINHO**

A origem do pergaminho gera alguma polémica: por um lado, há quem defenda que *a origem deste material (...) data de II a.C., de um exemplar grego*<sup>33</sup>, por outro, que a criação deste novo suporte era uma necessidade decorrente da falta de papiro que, devido à sua grande procura, tornou-se raro<sup>34</sup>, por outro lado ainda, que “a sua lendária invenção é atribuída a Êumenes, rei de Pérgamo, na Ásia Menor, que pretendia esquivar-se ao monopólio egípcio do papiro”<sup>35</sup>.

Ainda que, a par de Labarre, Iline defenda também que o pergaminho é assim denominado devido ao nome da terra governada pelo rei Êumenes – Pérgamo – não apresenta como argumento para a invenção a tentativa deste rei se esquivar ao monopólio egípcio, embora não exclua de todo este desejo. O que difere a teoria de Labarre da teoria de Iline é que enquanto o primeiro defende que

---

<sup>31</sup> *idem*, p. 13

<sup>32</sup> RODÉS, 1999, p. 37

<sup>33</sup> SANTOS, 2010, p.22

<sup>34</sup> FERREIRA, 2010, p. 12

<sup>35</sup> LABARRE, 2005, p. 12



Êumenes criou o pergaminho por uma questão de autonomia e iniciativa própria, Iline defende que ele não teve outro remédio e que teve de criar uma alternativa ao papiro visto que foi alvo da vingança do faraó egípcio por ter sido criada uma biblioteca em Pérgamo, a qual o faraó via como uma rival da sua Biblioteca em Alexandria. Iline<sup>36</sup> descreve a origem do pergaminho da seguinte forma:

Na cidade de Alexandria, no Egito, havia uma biblioteca célebre que continha uma coleção de cerca de um milhão de rolos de papiro. Os faraós da dinastia de Ptolomeu estavam especialmente interessados em enriquecer esta biblioteca. Durante muito tempo, a biblioteca de Alexandria foi a primeira do mundo. Mas, em breve, uma biblioteca rival veio fazer-lhe concorrência. Era a de Pérgamo, na Ásia Menor. O faraó que reinava neste tempo resolveu vingar-se desta biblioteca da maneira mais impiedosa: proibiu a exportação de papiro para a Ásia Menor. O rei de Pérgamo reagiu contra esta medida, ordenando aos artífices mais hábeis do seu país que lhe fabricassem de pele de carneiro ou de cabra um material próprio para a escrita, destinado a substituir o papiro. A partir deste momento, a cidade de Pérgamo ficaria sendo, por muito tempo, a principal produtora de pergaminho para o mundo inteiro.

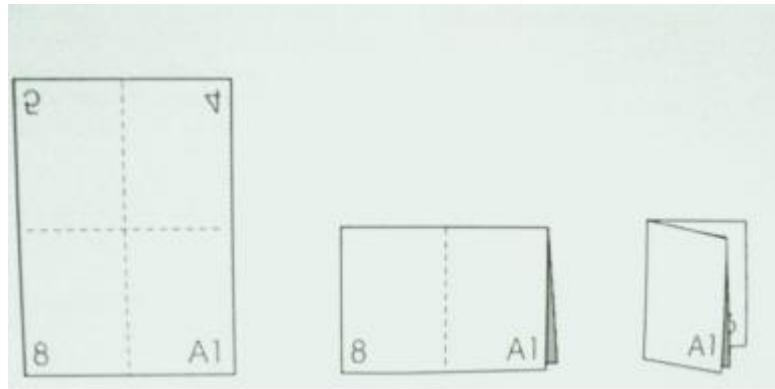
Inicialmente, o pergaminho era escrito apenas de um lado, “a face escolhida para tal era a mais porosa, dado que é aquela que mais facilmente absorve a tinta e os pigmentos”<sup>37</sup> e, tal como o papiro, era enrolado; no entanto, acabaram por descobrir que, embora mais inflexível que o papiro por ser um material mais espesso, era, por isso mesmo, também mais resistente e que poderia ser dobrado, permitindo escrever de ambos os lados. A este novo formato dá-se o nome de códice, *codex* em latim, o antecessor do livro como hoje o conhecemos e, segundo Chartier<sup>38</sup>, “é com o *codex* que o leitor conquista a liberdade: pousado em cima de uma mesa ou de uma escrivaninha, o livro em cadernos já não exige uma total mobilização do corpo” pois enquanto o livro está pousado, sem requerer uma ou as duas mãos para não fechar, o leitor/copista podem usar as mãos para tomar notas, coçar os olhos, beber ou qualquer outra ação que lhe aprouver. Ao dobrar-se a folha de pergaminho em quatro folhas, compunha-se um quaterno (lexema que hoje conhecemos como caderno) e cuja composição era feita como ilustra a seguinte imagem:

---

<sup>36</sup> ILINE, 1941, p.91

<sup>37</sup> FREITAS, 1999, p. 472

<sup>38</sup> CHARTIER, 1997, p. 145



Il. 5 - Exemplo de como se compõe um caderno quaterno (quatro folhas)

O pergaminho foi o principal suporte da escrita durante toda a Idade Média. Se “entre os séculos I e IV ainda sofre a concorrência do papiro, a sua difusão foi ainda favorecida pela desorganização das comunicações entre a Europa e o Médio Oriente, devido à invasão muçulmana de África”<sup>39</sup>. O pergaminho saiu vitorioso na concorrência com o papiro quando os egípcios foram dominados pelos árabes, o que resultou na paralisação da exportação do papiro para os países europeus. Ora, uma das coisas que acabamos por aprender ao longo da vida é que os factos históricos são consequências de determinados acontecimentos e a história do livro não é exceção. Durante muito tempo, a utilidade do pergaminho assentava apenas na atividade dos clérigos que, nos mosteiros e com uma pena de ave, normalmente de ganso ou corvo, aparada e rachada na ponta, escreviam sobre a vida de santos e mártires em prol da “salvação da sua alma”<sup>40</sup>. Isto porque um período conturbado provocado por guerras levou ao empobrecimento de muitas cidades; consequentemente, os indivíduos perderam capacidade financeira para pagarem a sua instrução e, ano após ano, o número de pessoas alfabetizadas diminuía consideravelmente. Se a utilidade dos livros está diretamente relacionada com os seus leitores e se os leitores eram cada vez menos, a necessidade de copiar livros também diminuiu, e não sabendo ler, também não havia quem soubesse escrever, levando ao encerramento das oficinas onde se efetuavam as cópias dos textos de escritores romanos. Relativamente ao aspeto do livro de pergaminho, assemelha-se ao formato dos livros que hoje conhecemos; no entanto, a encadernação era de couro cujo tratamento diferia das folhas de pergaminho por ser de pele curtida. Para a embelezar, reforçavam a encadernação com chapas de metal nos cantos, o que acabava por proteger a obra. Os livros de pergaminho feitos para a realeza eram, como não poderia deixar de ser, de luxo: muitos pergaminhos tinham pedras preciosas incrustadas na encadernação e as folhas e/ou letras eram adornadas com ouro e prata.

---

<sup>39</sup> FURTADO, 1995, p. 38

<sup>40</sup> ILINE, 1941, p. 94

Uma das características dos textos dos pergaminhos é a utilização da letra capitular – a letra inicial do primeiro parágrafo do capítulo que tinha características ornamentais – que costumava ser um desenho que sugeria o formato da letra, por exemplo, “em vez dum simples S [o copista] desenha dois galos à bulha. Em vez dum H, dois guerreiros a lutar”<sup>41</sup>. Relativamente à quantidade de livros que existe hoje em dia, tanto nas livrarias como nas nossas casas, os livros de pergaminho eram muito raros e, por tal facto, é curioso notar que “nas bibliotecas amarravam os livros às mesas com correntes para não os roubarem”<sup>42</sup>. Tendo em conta que os livros eram caros, os estudantes não tinham dinheiro para adquiri-los; assim, eram os professores que, nas aulas, liam o livro e explicavam o significado daquilo que liam. Daí que a palavra “lição” tenha a sua origem etimológica na palavra “leitura”. O custo elevado dos livros de pergaminho levou a que se procedesse a uma técnica que, infelizmente, levou à perda de muitos textos mas que, felizmente, graças à tecnologia relativamente recente, conseguiu-se recuperar: o palimpsesto. O palimpsesto era uma técnica de reciclagem do pergaminho que consistia na raspagem da folha que, sendo espessa, permitia que reescrevessem nela. Os livros que eram alvo desta técnica eram aqueles considerados ímpios, como alguns poemas gregos ou obras da História romana consideradas hereges, blasfemas e/ou sem qualquer interesse para a promoção cultural da época. Após a raspagem destes textos, eram escritos textos de carácter religioso, como a vida de santos, por exemplo<sup>43</sup>.

Embora existam “alguns bibliógrafos que afirmam terem existido livros escritos em pergaminho oriundo de pele humana”<sup>44</sup>, os animais cujas peles costumavam ser utilizadas na confecção destes livros eram as de bezerro, cabra e carneiro/ovelha. Embora apresentasse vantagens relativamente ao papiro, como já vimos, a verdade é que, por exemplo, “foram necessárias 200 peles para escrever a Bíblia de Souvigny, composta por 392 folhas de grande formato (56x39cm), o que correspondia ao massacre de um rebanho”<sup>45</sup>. Tornou-se assim imperativa a criação de um suporte de escrita/leitura que não estivesse tão dependente da morte dos animais e, tendo em conta que com o passar dos séculos, as escolas e as universidades começaram a proliferar por toda a parte, aumentou o número de estudantes a querer frequentá-las desejando aumentar o seu grau de instrução; sendo o pergaminho um livro caro, começou a sentir-se a necessidade de criar um suporte de leitura e escrita mais barato, que pudesse ser utilizado sem a constante preocupação de estar a desperdiçar um material valioso porque raro.

---

<sup>41</sup> *idem*, p. 96

<sup>42</sup> *idem*, p. 102

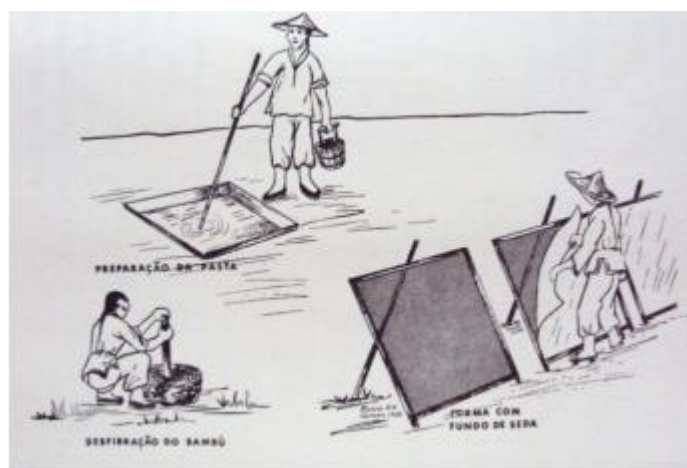
<sup>43</sup> *idem*, p.118

<sup>44</sup> SANTOS, 2010, p.22

<sup>45</sup> FURTADO, 1995, p.39

A vitória do papel sobre o pergaminho demorou muito tempo a acontecer; enquanto na Europa se usava apenas o pergaminho, já se tinha criado, na China, desde o século II, “uma outra matéria para escrever: o papel”<sup>46</sup>.

Oriundo da China, da província de Hunan crê-se que o papel foi uma invenção do chefe do arsenal do imperador Hoti – Tsai-Lun – que, fazendo experiências com várias plantas, tentou fabricar um material de suporte à escrita que fosse mais barato e leve do que o pergaminho.



Il. 6 - O chinês Tsai-Lun inventou o papel<sup>47</sup>

Após vinte e cinco longos anos de trabalhos e canseiras, acabou por se fixar numa cana, o bambu, e na casca da amoreira. O esperto Tsai-Lun conseguiu separar as fibras do bambu umas das outras amaciando os bambus com cal, expondo-os ao sol e macerando-os com um pilão dentro do buraco aberto numa pedra, até obter uma espécie de papa. Essa pasta de fibras depois de bem estendida, para escorrer sobre um encanastrado de canas muito finas, era comprimida e seca até se obter uma grosseira folha de autêntico papel.

(Lopes, 1974, p.26)

O palácio real do imperador Ho-Ti guardou o segredo de fabricação do papel a “sete chaves” mas o interesse neste novo suporte de escrita levou a que muitos indivíduos pressionassem Tsai-Lun a divulgar o processo de fabricação e materiais utilizados; consta-se que foi precisamente esta

---

<sup>46</sup> *idem*, p.39

<sup>47</sup> LOPES, 1974, p. 27

perseguição a Tsai-Lun que causou a sua morte pois, não devendo ser desleal ao imperador que servia, o suposto inventor do papel, viu-se obrigado a cingir a sua vida atrás dos muros do palácio, o que lhe provocou uma grande depressão que o terá levado ao suicídio<sup>48</sup>. O império chinês conseguiu manter em segredo o processo subjacente à fabricação do papel até o início do século VIII mas uma derrota bélica pôs em causa este monopólio que detinham até então. Em 704, num ataque frustrado dos chineses, “os árabes conquistaram a cidade de Samarcanda na Ásia Central”<sup>49</sup>, fazendo prisioneiros alguns chineses que conheciam os segredos deste tão desejado suporte de escrita. Rendidos aos árabes, os chineses acabaram por revelar o processo do seu fabrico, o que levou ao estabelecimento de fábricas de papel em todos os países que estavam sob o domínio árabe. Já a ser utilizado em Bagodá, em Damasco, na cidade do Cairo e Fez, e tendo em conta que, no século VIII, Espanha e Portugal encontravam-se sob o domínio árabe, facilmente o processo de fabrico do papel chegou à Europa. “Da Espanha passou à França, à Suíça, à Alemanha, à Inglaterra e, em 1690, à América do Norte!”<sup>50</sup>. Em Portugal, “a utilização de papel encontra-se documentada a partir da segunda metade do século XIII”<sup>51</sup> e, segundo Febvre & Martin<sup>52</sup>, “remonta a 1411 a notícia mais antiga que dá conta da existência de um moinho de papel em Portugal: trata-se do engenho de Gonçalo Lourenço em Leiria.”



## II. 7 – A viagem do papel da China à Europa<sup>53</sup>

Foi assim que se assistiu também, na Itália, ao “aparecimento desta nova espécie de *pergaminho* trazido pelos mercadores que mantinham relações com os árabes”<sup>54</sup>. É interessante notar que, apesar de apresentar várias vantagens relativamente ao pergaminho, o papel foi alvo de alguma resistência

<sup>48</sup> *idem*, p.29

<sup>49</sup> *Idem*, p.104

<sup>50</sup> LOPES, 1974, p.36

<sup>51</sup> FARIA & PERICÃO, 1999, p. 451

<sup>52</sup> FEBVRE & MARTIN, 2000, p. 32

<sup>53</sup> LOPES, 1974, p.33

<sup>54</sup> FEBVRE & MARTIN, 2000, p. 32

por parte de alguns líderes régios e chancelarias medievais pois, sob a sua perspectiva, era excessivamente frágil para ser utilizado no registo de informações importantes que poderiam ser facilmente perdidas devido à já referida fragilidade do novo suporte. Assim, e segundo Febvre & Martin<sup>55</sup>, “em 1145, o rei Rogério II, da Sicília, ordena que todos os diplomas redigidos em carta cuttanea no tempo dos seus antecessores sejam copiados de novo em pergaminho e, depois, destruídos. Em 1231, ainda, o imperador Frederico II proíbe o uso do papel na redacção das actas públicas.”

À medida que o conhecimento do fabrico do papel ia sendo disseminado por todo o mundo, ao longo do tempo o seu processo de fabricação foi alvo de alterações, bem como a matéria-prima utilizada. Segundo Febvre & Martin<sup>56</sup>, em finais da Idade Média, verificou-se a proliferação da cultura de linho, o que levou à “substituição da lã pelo pano na roupa branca, o que ia fazer com que os trapos velhos se tornassem menos caros e mais abundantes na época em que se generalizava o seu uso”. Assim, durante muito tempo, os trapos velhos são o material utilizado para a confeção do papel; no entanto, uma crise na matéria-prima, que se revelou insuficiente perante a grande procura de que era alvo, provocou o declínio da indústria papeleira em finais do século XVI.

Ora, no século XVIII “escreve-se e lê-se cada vez mais”<sup>57</sup>, os clérigos já não são os únicos indivíduos instruídos e as Universidades estão cheias de jovens estudantes ávidos de conhecimento e instrução. Assim, numa tentativa de solucionar o decréscimo da matéria-prima utilizada até então, René Réaumur, em 1719, deu “a conhecer à Academia das Ciências que devia ser possível fabricar papel a partir da madeira e foi, finalmente, por volta de 1860, que a palha foi definitiva e universalmente usada como sucedânea do trapo no fabrico do papel de jornal”<sup>58</sup>.

No entanto, há quem defenda que, em 1862, “o emprego de uma parte muito importante de madeira, a celulose, se tornou geral e, a partir daí, o processo de separação das fibras de celulose dos restantes constituintes da madeira aperfeiçoou-se (...) tornando-se prático e económico”<sup>59</sup>, tanto que ainda hoje utilizamos esta matéria-prima na confeção do papel.

## **O LIVRO IMPRESSO**

Como já vimos, a invenção do papel permitiu o aumento da confeção de livros; no entanto, estes livros eram ainda manuscritos, isto é, e da tradução literal do latim, escritos à mão. Não obstante a existência

---

<sup>55</sup> *idem*, p.33

<sup>56</sup> *idem*, p. 34

<sup>57</sup> *idem*, p. 40

<sup>58</sup> *idem*, p.41

<sup>59</sup> LOPES, 1974, p.59

de inúmeras fábricas de papel espalhadas um pouco por toda a parte e apesar de ser um material muito mais barato, as cópias existentes estavam dependentes da velocidade a que eram feitas e, claro está, cada copista apenas podia fazer uma cópia de cada vez.

De acordo com a sabedoria popular, “a necessidade aguça o engenho” e a necessidade de criar uma técnica de reprodução de texto que permitisse a confecção de vários exemplares no menor espaço de tempo possível, levou a que se aguçasse o engenho relativo à produção livreira.

Ainda que os textos dos livros fossem manuscritos, já se utilizava uma técnica que mais tarde se revelou útil na impressão de texto: a xilografia. No que se refere à xilografia, existem teorias distintas quanto à origem da técnica: por um lado, há quem defenda que já no século VI, “os chineses gravavam os complicados símbolos da sua escrita em madeira e os reproduziam depois à vontade”<sup>60</sup>, por outro lado, há quem defenda que, “no século IV, esta técnica foi empregada na impressão de tecidos, no Egito tendo sido usada pelos chineses no século IX ou no século X”<sup>61</sup>, na impressão de papel.

Ainda que não saibamos exatamente quem usou primeiro a técnica da xilografia – “palavra que designa a gravura em madeira primitiva e, por extensão, as próprias gravuras dos séculos XIV e XV”<sup>62</sup> - sabemos que foi usada no processo de ilustração antes de sê-lo na impressão de texto. “Os mais antigos livros xilográficos podem ser anteriores a 1450 e os mais recentes são contemporâneos dos primeiros livros impressos, (por esta mesma data) e misturam as duas técnicas.”<sup>63</sup>.

Apesar de a xilografia ser uma inovação comparativamente à execução manual dos livros, continuava a apresentar inconvenientes que requeriam inovações técnicas: “os textos tinham de ser gravados página a página e os caracteres um a um. As pranchas de madeira estragavam-se depressa e só permitiam tiragens limitadas.”<sup>64</sup>

Foi então que Johann Genfleish, mais conhecido como Johann Gutenberg (designação esta da casa onde ele morava), no século XV, criou a técnica pela qual é hoje conhecido: a invenção dos caracteres móveis em metal.

Nascido na cidade alemã de Mainz, conhecida na época pelos seus ourives, Gutenberg deve ter aprendido com estes artistas os princípios da gravação em metal. Em 1436 construiu pacientemente, em cobre, um a um, os cunhos

---

<sup>60</sup> *idem*, p.41

<sup>61</sup> LABARRE, 2005, p. 40

<sup>62</sup> FARIA & PERICÃO, 1999, p. 612

<sup>63</sup> LABARRE, 2005, p. 41

<sup>64</sup> *ibidem*

das letras usadas nos manuscritos, e pôs-se a estudar o processo de reproduzir o livro mais importante da vida da Humanidade: a Bíblia.

(Lopes, 1974, p. 42)

Embora tenhamos muito a agradecer a Gutenberg o livro como hoje o conhecemos, no seu tempo não viu o seu trabalho facilitado pois vivia no seio de uma sociedade cuja mentalidade era muito fechada e limitada. Em prol da sua invenção, Gutenberg teve de fazer um grande investimento para o qual não tinha dinheiro, o que o levou a contrair empréstimos “junto do rico burguês Johann Fust, para poder comprar pergaminho, papel e tinta para a *obra dos livros*”<sup>65</sup>.

No entanto, revelando-se oportunista, Fust acusou Gutenberg de não honrar os compromissos que com ele tinha assumido e processou-o, obrigando-o a entregar-lhe os materiais que tinha adquirido. Com eles, Fust reproduziu a técnica de Gutenberg com a ajuda de um antigo funcionário deste – Peter Schoeffer – e juntos colocaram em funcionamento a imprensa criada por Gutenberg. Provavelmente tendo consciência da grande invenção de que fora autor, Gutenberg não desistiu de produzir ele próprio livros impressos supondo-se que Gutenberg “reconstituiu a oficina e que, até à sua morte, imprimiu obras exatamente em Mogúncia e talvez também em Bamberg ou em Eltville.”<sup>66</sup>

A necessidade de financiamento para a produção dos livros levou à criação de um ofício que hoje conhecemos como sendo o de editor: o impressor fazia o trabalho mas o editor fazia o investimento inicial comprando o papel, as tintas e todo o material necessário à produção do livro, recebendo depois os lucros referentes à venda da produção, sendo o editor ressarcido do valor que investiu, com uma morosidade dependente do escoamento do produto.

Neste estudo, já abordámos vários suportes da escrita e da leitura mas, qualquer que seja o suporte, a finalidade é uma só: a perenização e divulgação do conhecimento e, neste sentido, podemos dizer que a invenção da imprensa contribuiu bastante para a concretização dessa finalidade visto que “a imprensa contribuiu também para o conhecimento mais exato da língua latina e do autores da Antiguidade já que no momento em que a tipografia aparece, as lições do Humanismo italiano começavam a espalhar-se por toda a Europa.”<sup>67</sup>

O Renascimento ficou conhecido pela tentativa de recuperação das culturas clássicas grega e romana e alguns dos maiores artistas e inventores que fazem parte da nossa História viveram nesta época de

---

<sup>65</sup> LABARRE, 2005, p.42

<sup>66</sup> *idem*, p.43

<sup>67</sup> FEBVRE & MARTIN, 2000, p.326



grande curiosidade pelas várias matérias, sejam elas a medicina, a matemática, a pintura, a escultura, a astronomia, ...

Neste domínio, o papel essencial da imprensa foi, até aos últimos anos do século XV, não tanto o de difundir textos recentemente encontrados ou corrigidos pelos humanistas, quanto o de tornar conhecidos, multiplicando-os, os escritos pelos quais os homens da Idade Média entravam tradicionalmente em contacto com as letras clássicas.

(*idem*, p. 327)

Por volta de 1550, os acervos das bibliotecas já são constituídos, na sua maioria, por livros impressos; os manuscritos que estas bibliotecas guardam são consultados praticamente apenas por eruditos.

Segundo Furtado<sup>68</sup>, no início do século XVI, “a imprensa tinha já conquistado a Europa, que vai dominar durante quatro séculos”. Em meados do século XVII, a dimensão do livro revela-se demasiado grande, não conferindo ao livro a portabilidade desejada. Neste sentido, começam a produzir-se as chamadas “edições de bolso”, livros de formato mais pequeno que podem facilmente ser transportados e que, pelo seu tamanho, são também mais baratos o que leva, portanto, à vulgarização do livro que tem, então, um público mais alargado. O livro começa a reclamar uma maior importância no que se refere ao conceito de autor e leitor. O autor começa a sentir que tem direitos sobre a obra que é cada vez mais lida e o leitor estabelece uma relação mais íntima com o livro. O século XVIII, conhecido como o século das Luzes ou, se quisermos, pelo Iluminismo, veio destacar ainda mais a importância do livro como fonte e agente de divulgação do conhecimento. Os pensadores do século XVIII acreditavam que ficara para trás uma época de ignorância, de obscurantismo intelectual e que se assistia então ao amanhecer de uma nova Era de sabedoria e conhecimento e em que se verificou uma grande adesão à filosofia racionalista defendida por René Descartes já no século XVII. O Racionalismo e o desejo de intelectualizar a sociedade, numa tentativa de a aperfeiçoar, levaram os pensadores, teóricos e estudiosos da época a pôr em causa o conhecimento apreendido até então, refutando muitas ideias e teorias sugeridas anteriormente. O Iluminismo e a corrente racionalista que a ele está inerente levaram ao declínio da Igreja e, conseqüentemente, do poder que esta ainda exercia sobre a divulgação da produção escrita: entre 1559 e 1666, datas da sua promulgação e abolição oficial pela Igreja Católica, respetivamente, vários livros foram censurados pelo poder eclesiástico, sendo elaborada uma listagem dos livros cuja leitura, distribuição e comercialização eram proibidas – o *Index Librorum Prohibitorum* (Índice dos Livros Proibidos), vulgarmente conhecido apenas como Index – visto

---

<sup>68</sup> FURTADO, 1995, p.52

que, segundo a Igreja Católica, os livros constantes desta lista abordavam temas que poderiam corromper os fiéis (um romance com descrições de carácter íntimo/sexual, livros filosóficos e/ou científicos que fossem contra a doutrina ensinada pela Igreja, livros que difamassem a política vigente, textos que pudessem apelar à decadência moral, ...). Os autores destes livros poderiam tentar a sua publicação/divulgação mas, para que os seus livros deixassem de constar desta lista, teriam de alterar os seus textos de acordo com as indicações da Inquisição, Santo Ofício, Real Mesa Censória ou do poder vigente que exercia a sua autoridade sobre o que era ou não publicado.

Durante muito tempo, a Igreja e, mais tarde, o poder político controlaram a produção cultural no que à literatura e divulgação científica diz respeito; no entanto, desde sempre se arranjam formas de contornar a censura e as “edições suspeitas multiplicam-se, apesar das proibições”<sup>69</sup> e os ideais e conhecimento transmitidos pela produção literária das várias épocas disseminaram-se, mesmo contra a vontade das entidades censórias, moldando e evoluindo mentalidades. Como afirma Furtado<sup>70</sup>, “os livros partilham a sorte das sociedades de que fazem parte e, quando nos preocupamos com o destino dos livros e da leitura, devemos olhar mais de perto para a sociedade e para as suas tendências”. Por isso mesmo, se para compreendermos o presente do livro temos de visitar o passado incursando na história dos seus precursores, para refletirmos sobre o seu futuro temos de avaliar o presente e as suas tendências.

## **O LIVRO ELETRÓNICO**

Conhecendo a História, é incrível como o ser humano, a mentalidade e a própria sociedade mudou ao longo do tempo e o quanto as invenções feitas no passado revelam-se tão imprescindíveis hoje em dia sendo que, por vezes, usamo-las de forma tão banal que nem nos apercebemos do quanto nos tornámos dependentes delas. A eletricidade, por exemplo. Pensando na quantidade de coisas que fazemos e usamos graças à eletricidade, questionamo-nos como seria possível, há muitos anos atrás, viver sem a mesma: como poderíamos conservar os alimentos no frigorífico? Em sal, como era antigamente. Como usaríamos o telemóvel para comunicarmos com o outro se não haveria como carregar a bateria? Escreveríamos cartas. Como usaríamos o computador para trabalhar se não teríamos fonte de energia para o manter a funcionar? Escreveríamos sempre à mão. É verdade que várias gerações sobreviveram num mundo sem eletricidade e, mesmo sem eletricidade, faziam o que fazemos hoje, embora não da mesma forma. Hoje, tendo ao nosso dispor as condições que temos, talvez não consigamos imaginar-nos a conservar alimentos em sal, em aguardar (im)pacientemente

---

<sup>69</sup> FEBVRE & MARTIN, 2000, p.393

<sup>70</sup> FURTADO, 2006, p.169

por uma resposta à nossa carta ou realizar um trabalho acadêmico à mão, tendo de ter o máximo cuidado para não nos enganarmos a escrever para não usar corretor e, assim, diminuir a qualidade estética do mesmo. As invenções e os desenvolvimentos tecnológicos feitos até hoje permitem-nos ter uma vida muito melhor do que há dezenas e centenas de anos atrás pois vieram facilitar tarefas que o ser humano tem desde praticamente os primórdios dos tempos, seja cozinhar/conservar os alimentos ou simplesmente comunicar. Duas das invenções relativamente recentes e que tornaram a vida do ser humano dependente delas é o computador e, posteriormente, a Internet.

“Os computadores fazem parte da nossa vida individual e coletiva e a Internet e o multimédia estão a tornar-se”<sup>71</sup> omnipresentes e a verdade é que antes da invenção do computador e da Internet, teríamos de ir ao banco para fazer uma transferência bancária, teríamos de ir a uma estação de correios para enviar uma carta, teríamos de ir ao hipermercado para fazer compras, teríamos de ir a uma loja para comprar uma peça de roupa, teríamos de ir a uma livraria para comprar um livro. Hoje, embora ainda possamos fazê-lo, temos outras opções mais cómodas: podemos fazer uma transferência bancária através do *site* do banco, podemos enviar um *email* (e passados uns minutos ter a resposta ao mesmo!), podemos fazer as compras *online* no *site* do hipermercado e as mesmas serem entregues, comodamente, em nossa casa, podemos ver uma bonita peça de roupa num *site* de uma loja *online* e a mesma ser entregue em casa passados uns dias, podemos adquirir um livro no *site* de uma livraria e o mesmo ser enviado por correio e entregue em casa e, agora, graças à edição eletrónica, podemos efetuar o *download* de um livro e tê-lo disponível no momento. É precisamente esta inovação tecnológica, advinda das grandes invenções que foram o computador e a internet, que nos interessa tratar aqui: o livro eletrónico ou, se quisermos utilizar o anglicismo comumente usado para o designar, o *ebook*.

De acordo com Cope & Kalantzis<sup>72</sup>, “we are in the midst of another technological revolution, the digital revolution” e esta “revolução digital” está de momento a ocorrer no mundo editorial, coexistindo o livro impresso e o digital. Tal como afirma Furtado<sup>73</sup>,

(...) nestes últimos anos, temos assistido, com o desenvolvimento da Internet, ao aparecimento de novas formas de escrita, de edição, de distribuição e de leitura e especialmente à multiplicação de documentos digitais, de editores eletrónicos, de livrarias virtuais, de obras de referência

---

<sup>71</sup> MISSÃO, 1997, p.7

<sup>72</sup> COPE & KALANTZIS, 2006, p.192

<sup>73</sup> FURTADO, 2006, p.29

e de bases de dados textuais on-line, de obras hipertextuais e de dispositivos de leitura de livros eletrónicos.

Vivemos numa fase de transição e, nesta

transição de paradigma que hoje vivemos, tudo parece ser questionado e parece indiscutível que o livro, tal como o conhecemos nos nossos dias (na realidade desde o século XVI, mais concretamente...), vai sofrer alterações a nível da concepção, da escrita, da produção, da distribuição, da comercialização, da promoção e da leitura.

(Carneiro, 2004, p. 191)

Da mesma forma que fizemos uma incursão pela História do Livro desde o aparecimento da escrita, não podemos falar do livro eletrónico, das suas vantagens e desvantagens em relação ao livro impresso, sem que antes tentemos definir o que é um livro eletrónico visto que parece existir alguma ambiguidade concetual a ele associada.

Segundo Furtado<sup>74</sup>, “o suporte digitalizado do livro clássico é confundido com o livro eletrónico” e o mesmo autor<sup>75</sup> afirma que “o ebook é um termo vago utilizado para descrever um texto ou uma monografia disponível sob forma eletrónica”; mas por quê um termo vago? É que quando falamos em livro eletrónico podemos estar a referir-nos ao suporte físico que permite a sua leitura ou então ao texto propriamente dito, ou seja, existe uma ambiguidade semântica entre o objeto e o conteúdo intelectual ao qual aquele permite aceder. Além disso, poderemos considerar como livro eletrónico a digitalização, em formato pdf, por exemplo, de um livro impresso? Não deveria um livro eletrónico ser independente da sua existência física? Um livro eletrónico deverá ter características ideais para a sua leitura, difusão e comercialização e utilização com *software* próprio que nem sempre estão presentes nas meras digitalizações do livro impresso em formato pdf. No âmbito desta distinção entre livro digital e livro digitalizado, Furtado<sup>76</sup> afirma que “o entendimento do que é um *ebook* vai desde um simples arquivo digital do conteúdo de um livro até ao arquivo digital acompanhado pelo *software* que possibilita o acesso e a navegação do conteúdo”. Assim, qualquer texto disponível para leitura digital pode ser considerado um livro eletrónico? Se reunirmos um conjunto de textos nossos, sem qualquer

---

<sup>74</sup> FURTADO, 2006, p.41

<sup>75</sup> *idem*, p.35

<sup>76</sup> *idem*, p. 44

aval/parecer de uma entidade editorial e o disponibilizarmos na web em formato digital, poderá ser considerado um livro eletrônico? Isto não levaria à reconceitualização da noção de autor, colocando um escritor amador ao mesmo nível do profissional?

Segundo Chatfield<sup>77</sup>,

desde a invenção da imprensa há quinhentos anos atrás foram publicados cerca de cem mil milhões de livros, considerando todas as línguas e edições. Tal volume de informação representa menos do que aquilo que é atualmente publicado na Internet em menos de um mês.

e, segundo Furtado<sup>78</sup>, “o crescimento e o funcionamento das sociedades de informação mais avançadas exigem e dão origem a enormes quantidades de dados, superiores aos que a Humanidade alguma vez teve disponíveis em toda a sua história.”

Perante isto, como controlar a informação que é disponibilizada na Internet? Quem fará então a mediação entre o texto de qualidade e fidedigno e o texto que não a tem e não o é? Questões pertinentes para a compreensão da grande dimensão das transformações que esta transição entre o impresso e o digital está a causar e que iremos abordar novamente mais à frente. Por agora, tentemos perceber quais foram os primeiros passos da edição digital. Apesar de já podermos ler texto em formato digital desde a invenção do computador, o primeiro projeto de disponibilização gratuita de livros eletrónicos na *web* foi desenvolvido em 1971 – o Projeto Gutenberg – liderado pelo estadunidense Michael Stern Hart, falecido em 2011. “No início dos anos noventa, Glenn Hauman funda a BiblioBytes, que possibilita já a aquisição de livros descarregáveis via Internet (...) e que esteve na vanguarda do surto da indústria da edição eletrónica”<sup>79</sup>. No ano 2000, o mestre da literatura de terror Stephen King publica o livro *Riding Bullet* em formato digital, momento que se caracteriza, segundo Furtado (*ibidem*, p. 37) pela

grande midiatização dos livros eletrónicos e se assiste à entrada em cena das grandes empresas, agora já não só do tradicional universo editorial, mas também do mundo das novas tecnologias e surgem as mais respeitadas firmas de estudos de mercado a avançar previsões entusiásticas sobre a emergência de um novo e altamente rendoso mercado para os livros digitais.

---

<sup>77</sup> CHATFIELD, 2013, p. 29

<sup>78</sup> FURTADO, 2012, p.107

<sup>79</sup> FURTADO, 2006, p.35

Apesar de um livro eletrónico poder ser lido no computador, impôs-se a necessidade de dotar o livro eletrónico da mesma característica de portabilidade do livro impresso e começaram a ser criados dispositivos de leitura de livros eletrónicos especificamente para esse fim. No final dos anos noventa, as empresas Nuvomedia e Softbook Press, entretanto adquiridas em janeiro de 2000 pelo grupo Gemstar, apresentam os dispositivos Rocket e Softbook; no entanto, a produção encerrou em 2006. O mesmo aconteceu a outros produtos que vieram a surgir no mercado, como o goReader, o Microsoft IPM-Net My friend ou o Cytale Cybook (que entretanto anunciou igualmente o seu encerramento)<sup>80</sup>.

O término destas produções levam apenas a uma conclusão, à qual Furtado<sup>81</sup> faz referência afirmando que os dispositivos dedicados parecem não ter futuro. A verdade é que podemos perguntar-nos: por que é que havemos de gastar dinheiro num dispositivo usado exclusivamente para a leitura de livros eletrónicos quando podemos adquirir um tablet ou um iPad, não só com essa função mas também com muitas outras? Daí que os aparelhos que realizam uma multiplicidade de funções para além da leitura de livros, serão certamente os mais populares<sup>82</sup>. Os primeiros produtores de livros eletrónicos limitavam-se a digitalizar os livros impressos, difundindo-os em formato ASCII mas este formato é de leitura pouco apelativa, não preserva a formatação e não suporta gráficos<sup>83</sup>, o que levou a que fossem criados formatos que permitissem manter a estrutura lógica do livro impresso e que permitissem a utilização de imagens: HTML, XML e PDF, por exemplo. O que tem acontecido é que a leitura de um livro eletrónico depende da interoperabilidade entre o formato em que está o ficheiro e o software que vai permitir a sua leitura, o qual, não reconhecendo o formato do ficheiro, poderá impedir o acesso ao mesmo, o que se apresenta como uma grande desvantagem do livro eletrónico. Em Portugal, o primeiro passo na edição feita a pensar na integração de publicações no mundo digital foi dado pelo jornal diário Público, que Jorge Martins<sup>84</sup> descreve como “o primeiro jornal português a dispor dum rigoroso *layout* totalmente concebido para edição eletrónica (...) e o primeiro a lançar em 1995 uma edição diária na internet, representando, assim, a primeira grande experiência nacional na área da edição eletrónica.”

Após este primeiro passo na técnica de edição portuguesa, deu-se prossecução a esta caminhada rumo à era digital e multiplicam-se pelas editoras portuguesas as técnicas de composição gráfica dos livros que, antes de serem impressos em papel, começam a ser tratados digitalmente, sendo o trabalho tipográfico complementado pela infografia, através das tecnologias multimédia. No que se refere à produção das publicações eletrónicas, de uma forma genérica, sendo de carácter institucional ou

---

<sup>80</sup> *idem*, p.46

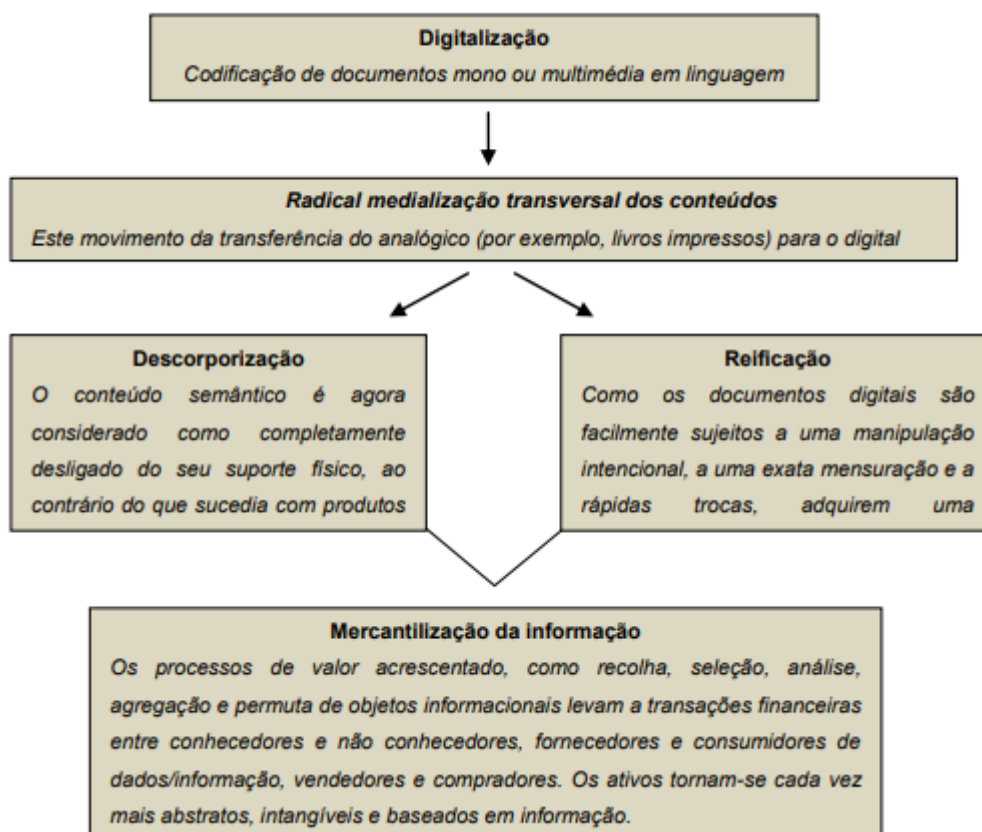
<sup>81</sup> *idem*, p. 48

<sup>82</sup> *idem*, p. 49

<sup>83</sup> *idem*, p.50

<sup>84</sup> MARTINS, 1996, p. 195

autónomo, Furtado<sup>85</sup> apresenta-nos uma espécie de ciclo de produção da informação digital, a qual representamos pelo seguinte esquema:



## II. 8 – Ciclo de produção da informação digital

Esta recente forma de produzir e difundir informação e a nossa crescente dependência dos computadores e da Internet, leva-nos, como já vimos, a reconceitualizar a noção de livro ou, se quisermos, de documento; “o certo é que a ubiquidade do computador na maioria das atividades profissionais faz com que o documento eletrónico prolifere, o que vem alargar a nossa visão de documento, agora dissociado do seu suporte habitual, o papel.”<sup>86</sup>

No mundo eletrónico, não temos acesso apenas a textos que podem ser considerados livros eletrónicos porque a leitura inclui muito mais do que literatura ou artigos académicos: podemos ler artigos de jornais, artigos de blogues, opiniões em sites, ... E um jornal não é um livro, um blogue não

<sup>85</sup> FURTADO, 2012, p.100-101

<sup>86</sup> BORGES, 2002, p.31

é um livro, uma opinião num site não é um livro. Na Internet encontramos um mar imenso de informação mas, segundo Maria Manuel Borges<sup>87</sup>,

O conceito de “informação” não é coincidente com o de “livro”, este está muito para além daquele. Os livros tratam de formas de estar, de ser e de dever ser, de conhecimento, sabedoria e imaginação, de narrativas de formas de vida, de conceções outras e diversificadas que nos enriquecem e iluminam acerca da realidade que nos rodeia. Refletem tendências, conceções, gostos e valores que devem ser tomados de um modo unitário e que não se prestam a análises retalhadas, fragmentadas, excetuando o universo académico.

O que pode ser então considerado um livro eletrónico? Podemos confrontar várias definições de vários autores e/ou académicos mas parece-nos que, sendo uma tecnologia recente, o processo de formação do conceito ainda está em construção. Sob a nossa perspetiva, um livro eletrónico é o conjunto de informação constituída apenas por texto ou por texto e imagem que é alvo de avaliação por entidades editoriais, as quais aprovam a sua publicação formatando o documento para ser devidamente acedido em suporte digital próprio. O problema da definição de livro eletrónico, segundo a nossa opinião, vai além das características físicas do suporte de leitura assentando também no facto de qualquer pessoa poder publicar o que bem entender nos mesmos formatos digitais em que são apresentados os livros eletrónicos criados pelas entidades especializadas em edição/publicação bibliográfica, o que poderá causar dúvida sobre o carácter fidedigno da informação prestada pelo texto visto que não existe mediação humana nem informática que selecione/distinga o material de qualidade daquele que não a tem; exemplo disto mesmo poderá ser uma pesquisa no Google, por exemplo, que apresenta resultados em função da quantidade de *clicks* nas páginas e da sua popularidade e não propriamente da origem fidedigna da informação, ou seja, “em vez de primeiro selecionar e depois publicar, primeiro publica-se e só depois se responde às próprias seleções do mundo sendo que a informação não é filtrada por guardiães do conhecimento mas sim pelo gosto do público.”<sup>88</sup>

Segundo Carr<sup>89</sup>, “apesar de as vendas de livros eletrónicos ainda representarem uma pequeníssima fração das vendas globais de livros, têm vindo a crescer a um ritmo muito maior do que o da venda de livros impressos, afirmando ainda que depois de muito tempo estagnadas, as vendas de livros digitais

---

<sup>87</sup> *idem*, p.133

<sup>88</sup> CHATFIELD, 2013, p. 91

<sup>89</sup> CARR, 2012, p. 128



estão agora em expansão”, tendo sido vendidas cerca de um milhão de unidades em 2008 e em 2010 cerca de doze milhões.

Sendo uma tecnologia recente e cujo conceito ainda se discute, podemos perguntar-nos se o livro eletrónico sempre coexistirá com o livro em papel, apresentando-se somente como um formato de leitura complementar e/ou opcional e não como um substituto do livro em papel ou se, na verdade, estamos perante aquele que poderá vir a ser o único livro do futuro e o livro em papel resumir-se-á à sua obsolescência, tal como aconteceu com os seus precursores. Segundo Moreno<sup>90</sup>,

essa morte anunciada [do livro impresso] não passa de um falso rebate. A conciliação entre a nova linguagem da informação, com recurso aos métodos tecnológicos mais sofisticados não representa uma ameaça, mas outrossim uma forma complementar de tornar mais veloz e acessível, o conhecimento aos seus utilizadores.

Pelo contrário, Martins<sup>91</sup> considera que aos poucos estamos a levar o livro à sua obsolescência tal como aconteceu com os seus precursores afirmando que “tudo mudará tão depressa que o livro – o real sólido – dará inevitavelmente lugar ao virtual em suporte informático – o real volátil – e assim se caminhará inevitavelmente para a *museificação* do livro.”

Será?

---

<sup>90</sup> MORENO, 1996, p.38

<sup>91</sup> MARTINS, 1996, p.104

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, J. A. N.** (2004). Objeto ou função? O livro e o(s) seu(s) formato(s) na mudança de paradigma da comunicação. In GOUVEIA, Luís Borges; GAIO, Sofia (orgs.). *Sociedade da Informação: balanço e implicações*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- CARR, N.** (2012). *Os superficiais: o que a internet está a fazer aos nossos cérebros*. Lisboa: Gradiva.
- CHARTIER, R.** (1997). *A ordem dos livros*. Lisboa: Veja.
- CHATFIELD, T.** (2013). *Como aproveitar ao máximo a era digital*. Alfragide: Lua de Papel.
- COPE, B.; & KALANTZIS, M.** (2006). New text technologies, globalization and the future of the book. In COPE, B.; & PHILIPPS, A. *The future of the book in the digital age*. Oxford: Chandos Publishing.
- FARIA, M. I.; & PERICÃO, M. da G.** (1999). *Novo dicionário do livro: da escrita ao multimédia*. [s.l.]: Círculo de Leitores.
- FEBVRE, L.; & MARTIN, H.-J.** (2000). *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERREIRA, M. T. R. da S.** (2010). *A evolução do livro: do papiro ao iPad* [Dissertação de mestrado]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- FURTADO, J. A.** (1995). *O livro*. Lisboa: Difusão Cultural.
- FURTADO, J. A.** (2006). *O papel e o pixel: do impresso ao digital: continuidades e transformações*. Florianópolis: Escritório do Livro.
- FURTADO, J. A.** (2012). *Uma cultura da informação para o universo digital*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ILINE, M.** (1941). *O Homem e o livro*. Lisboa: Cosmos.
- LABARRE, A.** (2005). *História do livro*. 8ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- LOPES, A. M. C.** (1974). *A história do papel*. 2ª ed. [s.l.]: Ministério da Educação Nacional.
- MARTINS, L. P. S.** (1996). O computador e o livro, o volátil e o sólido. In *Da memória do mundo*. Porto: Faculdade de Letras, 1996.
- MISSÃO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.** (1997). *Livro verde para a sociedade da informação em Portugal*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- MORENO, H. B.** (1996). O livro, o leitor e a leitura. In *Da memória do mundo*. Porto: Faculdade de Letras, 1996.

**PALMA, E.** (s.d.). *A orientação da leitura*. Lisboa: Sociedade de Expansão Cultural.

**RODÉS, L.** (1999). *Pergaminho: seus precursores*. Disponível na Internet: [https://www.celso-foelkel.com.br/artigos/outros/57A\\_Rodes\\_Janeiro99.pdf](https://www.celso-foelkel.com.br/artigos/outros/57A_Rodes_Janeiro99.pdf)

**SANTOS, R. K.** (2010). *A evolução do suporte material do livro ao ebook: mudanças e impactos ao leitor contemporâneo*. Disponível na internet: [http://www.filologia.org.br/ecdotica/resumos/a evolucao do suporte material do livro ROBERTA .pdf](http://www.filologia.org.br/ecdotica/resumos/a%20evolucao%20do%20suporte%20material%20do%20livro%20ROBERTA.pdf)>